



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDU
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
PEDAGOGIA LICENCIATURA EAD

MARIA BETÂNIA DE OLIVEIRA SANTOS
MARIA OTILIA DOS SANTOS

**Avaliação da e na Educação Infantil no Brasil: o que propõem
os documentos normativos?**

**Maceió
2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDU
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
PEDAGOGIA LICENCIATURA EAD

MARIA BETÂNIA DE OLIVEIRA SANTOS
MARIA OTILIA DOS SANTOS

Avaliação da e na Educação Infantil no Brasil: o que propõem os documentos normativos?

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Ana Cristina de Oliveira de Souza

Maceió
2020



APÊNDICE III – FOLHA DE APROVAÇÃO DO ARTIGO CIENTÍFICO

**MARIA OTÍLIA DOS SANTOS
MARIA BETÂNIA DE OLIVEIRA SANTOS**

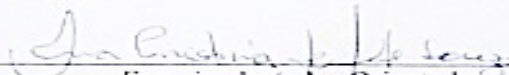
**AVALIAÇÃO DA E NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PROPÕEM OS
DOCUMENTOS NORMATIVOS?**

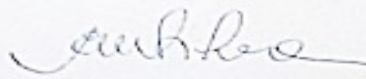
Artigo Científico apresentado no Colegiado do Curso de Pedagogia a distância do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

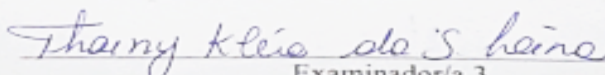
Orientador(a): Ana Cristina de Oliveira de Souza

Artigo Científico defendido e aprovado em: 04/03/2020.

Comissão Examinadora


Examinador/a 1 – Orientador


Examinador/a 2


Examinador/a 3

Maceió
2020



Avaliação da e na Educação Infantil no Brasil: o que propõem os documentos normativos?

Nome do/a Autor/a: Maria Betânia de Oliveira Santos

Email:bethania_bheu@hotmail.com

Nome do/a Autor/a: Maria Otília dos Santos

Email:otilia_santos.livre@hotmail.com

Nome do/a Orientador/a: Ana Cristina de Oliveira de Souza

Email:acosouza@gmail.com

Resumo

O trabalho a seguir tem o objetivo de apresentar um breve relato no que diz respeito a avaliação na educação infantil, compreendendo crianças de zero a cinco anos e onze meses. Um dos pontos fundamentais que não se pode deixar de ressaltar é a compreensão da criança como ser rico e potente, ativo, único, capaz de interagir com seus pares para desenvolver suas potencialidades, sendo protagonista de sua aprendizagem. O ponto de partida foi a observação das crianças num espaço de Educação Infantil no município de Maceió para descobrir como as mesmas interagiam entre seus pares. Depois de um levantamento feito após a observação, verificou-se que os instrumentos de avaliação nessa faixa etária são um desafio constante nas práticas pedagógicas dentro do processo ensino aprendizagem.

Palavras-chave: criança, interações, brincadeiras, registro, avaliação

Abstract

The following work aims to present a brief report regarding the assessment in early childhood education, comprising children from zero to five years and eleven months. One of the fundamental points that cannot be overlooked is the child's understanding of how to be rich and powerful, active, unique, able to interact with peers to develop their potential, being the protagonist of their learning. The starting point was the observation of children in an Early Childhood Education space in the city of Maceió to discover how they interacted with their peers. After a survey carried out after observation, it was found that the assessment instruments in this age group are a constant challenge in pedagogical practices within the teaching-learning process.

Keywords: child, interactions, games, record, evaluation



1. INTRODUÇÃO

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem, é um tema que vem sendo bastante discutido nos últimos anos, no entanto, com relação à educação reconhecida pela política educacional brasileira como primeira etapa da educação básica, esse assunto tem sido muito polêmico. Uma série de inquietações tem sido ao longo desses últimos anos, apontadas, dentre as quais a de que, quem ou o que deve ser avaliado na Educação Infantil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), na seção II, art.31 estabelece: “A Educação Infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: Dada pela (lei 12.796, 2013) A avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; [...] A expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança”.

O intuito de realizar um estudo sobre esse tema surgiu a partir das experiências enquanto professoras nas instituições de ensino de Educação Infantil do município de Maceió, que adotam como forma de registro: relatório de acompanhamento do percurso das crianças nos espaços, parecer descritivo, fichas e portfolio educacional, tomando a observação e registro como constitutivos do avaliar na educação infantil. Como se efetiva a prática de avaliação da e na educação infantil na rede, apoiando-se nos documentos oficiais e legais que estabelecem os nortes e rumos do processo de avaliação da Educação Infantil no Brasil.

Neste trabalho faremos uma breve apreciação sobre os documentos que normatizam a Educação Infantil no Brasil e em Maceió, com o objetivo de compreender melhor o percurso legal o percurso que a avaliação na Educação Infantil, as apreciações de alguns autores sobre o assunto e a apresentação de um registro de observação, realizada no CMEI Pompeu Sarmiento, que contribuiu para entender melhor o processo avaliativo, refletir sobre o que foi observado e fazer um contra ponto com as experiências vividas na nossa prática como professora na Rede Municipal de Maceió.



2. DESENVOLVIMENTO

A Educação Infantil é a parte mais importante no contexto educacional, então tornou-se necessária a criação de normas que viessem passo a passo dessa etapa, isto, porque essa etapa, por ser a primeira da Educação Básica, ajuda na formação de pequeno ser num cidadão. A Educação Infantil apreende algumas responsabilidades que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) na seção II, artigo 31, item I, determina que a avaliação deve ocorrer “mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

Mas como avaliar? É partindo dessa pergunta que surge o teor dessa pesquisa que foi embasada nos fatores teóricos das leis e diretrizes como também em alguns autores deram sustentação à pesquisa.

De acordo, com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil- RCNEI amparado nas orientações da Lei de nº 9.394/96 destaca que a avaliação na EI deve ser do tipo formativa, sistemática e contínua. Consiste, portanto, em um instrumento que irá através da observação e do registro descrever o percurso de desenvolvimento e aprendizagem da criança, considerando a organização, planejamento e desenvolvimento do processo educativo, respeitando a singularidade, especificidades e necessidades de cada criança. “Esta observação e seu registro fornecem aos professores uma visão integral das crianças, ao mesmo tempo em que revelam suas particularidades.” (BRASIL, p. 59).

O RCNEI (1998, p. 59) dá vários exemplos de como pode ser realizado esses registros:

O registro diário de suas observações, impressões, ideias etc. pode compor um rico material de reflexão e ajuda para o planejamento educativo. Outras formas de registro também podem ser consideradas, como a gravação em áudio e vídeo; produções das crianças ao longo do tempo; fotografias etc.



As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil - DCNEI (2010) ordenam que as instituições de educação infantil criem métodos para acompanhar o desenvolvimento da criança, avaliando, mas sem objetivos de “seleção, promoção ou classificação” (p. 29). Nesse sentido, oferece algumas diretrizes sobre como deve ser realizada:

- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
 - Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
 - A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- A não retenção das crianças na Educação Infantil (BRASIL, 2010, p. 29)

A partir do resultado de experiências vividas por nós, professoras da Rede Municipal de Ensino o município de Maceió, depois de um fundamento feito com crianças de 4 e 5 anos, numa instituição de ensino da rede. A observação serve de alicerce para que se pudesse descrever de forma simplificada o processo de avaliação na Educação Infantil, numa escola onde não é nosso local de trabalho. A avaliação na rede anteriormente tenha uma característica classificatória onde um padrão que não via a criança como ser em potencial e particularidades. Com a chegada do “para lá para cá” trazendo referências de Régio Emílio, foi-se consolidando uma outra nova visão de que a criança não era mais avaliada num contexto específico com desenvolvimento da linguagem (oral e escrita), relações sócio afetivas, conhecimento em ciências naturais e sociais, desenvolvimento lógico, matemático e conhecimento artístico. Mas mostrando que a criança tem capacidade de demonstrar seus conceitos de aprendizagens através das suas próprias vivências. Então, a avaliação deixou de ser classificada, ela deve contemplar os momentos em que criança exercita o aprendizado expressando os sentidos em suas reações, compreender a criança como um sujeito histórico e social, acompanhar sua trajetória levando em conta suas transformações.

Desse modo, não pode utilizar notas, conceitos, estrelas, carimbos, desenhos



nas atividades ou então, qualquer outra forma de julgamento, posto que, a avaliação nesta etapa da educação deve ser vista como um elemento de auxílio no processo de ensino-aprendizagem e não tem função por si mesmo. Deve contribuir para melhorar o desempenho das crianças, compreendendo-a como um “conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições da aprendizagem oferecidas” (BRASIL, 1998 p. 59). Portanto, deve servir associado ao planejamento, uma vez que através dele, o docente irá definir e planejar sua prática pedagógica.

Para o DCNEI (2010) avaliação deve oferecer também bases para a transição ao Ensino Fundamental posto que, dentro da proposta da DCNEI, LDB e RCNEI, a avaliação, deve nortear a prática pedagógica, planejamento e o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança. Todavia, o referido documento recomenda aos docentes que isso deve ser feito de forma que atendam as “especificidades etárias” (p. 30) e as necessidades das crianças, contextualizando com a sua realidade social.

Portanto, na Educação Infantil a avaliação afirma Carneiro(2010, p. 6), a avaliação na educação infantil consiste no acompanhamento do desenvolvimento infantil e por isso, precisa ser conduzida de modo a fortalecer a prática docente no sentido de entender que avaliar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil implica sintonia com o planejamento e o processo de ensino. Por isso, a forma, os métodos de avaliar e os instrumentos assumem um papel de extrema importância, tendo em vista que contribuem para a reflexão necessária por parte dos profissionais acerca do processo de ensino.

Hoffman (2000, p. 12), faz uma crítica a forma de avaliação, que tem sido realizada nas instituições de educação infantil, afirmando que essa segue o mesmo padrão do ensino regular, sem a devida contextualização das análises e observações do cotidiano em que a criança pequena vive. Portanto, o ato de “acompanhamento” do desenvolvimento na Educação Infantil acaba sendo comprometido, bem como o planejamento pedagógico e a prática docente.

Avaliar é registrar ao final de cada semestre (periodicidade mais frequente na pré-escola) os “ comportamentos que a criança apresentou”, utilizando-se, para isso de listagens uniformes de comportamento a serem classificados a partir de escalas comparativas, tais como: atingiu, atingiu parcialmente, não atingiu, muitas vezes, poucas vezes, não apresentou, muito bom, bom, fraco e outras. Em muitas instituições, a prática avaliativa, se reduz ao preenchimento dessas fichas de comportamento ou elaboração de pareceres descritivos padronizados ao final de determinados períodos. O



cotidiano da criança não é verdadeiramente levado em conta, nem é considerada a postura pedagógica do educador, à semelhança do ocorrido no ensino regular.

Nogueira e Prado (2016) afirmam que o método de avaliação utilizado nas instituições de educação infantil deve ser perpassado por alguns conceitos como educação, criança, infância e aprendizagem, posto que, se trata de um tipo de avaliação em que tanto a criança quanto o docente são avaliados.

Sobre esse assunto Nogueira e Prado (2016, p. 837) citando Bondioli (2004) afirmam que:

Pode-se avaliar para realizar um ato de autoridade e reafirmar uma posição de poder; pode-se avaliar para demonstrar a própria superioridade e excelência; pode-se avaliar para tomar decisões sensatas; pode-se avaliar para refletir sobre o que foi realizado com a finalidade de realizar hipóteses de melhorias.

Para Nogueira e Prado (2016), trata-se de um método de avaliação que exige conhecimento do educador sobre os objetivos de avaliar e como ela deve ser realizada, isto é, pensar instrumentos que o auxiliem nessa tarefa. O trabalho pedagógico deve estar atrelado a avaliação que por sua vez irá refletir no processo de ensino-aprendizagem como um todo.

Diante dessas problemáticas é importante compreender como a avaliação da educação infantil tem sido realizada nas cidades brasileiras, visto que, cada lugar apresenta suas particularidades regionais e culturais que necessitam que sejam contempladas. No caso de Maceió, a Secretaria Municipal de Educação, recomenda que sejam realizados relatórios baseados em descrições e observação dos educadores do percurso de descobertas pela criança dentro e fora dos espaços.

Lopes (2006), defende que avaliar tem sido um dos grandes desafios dos educadores na sociedade contemporânea, visto que, ao longo das últimas décadas a avaliação tem sido acusada de servir como instrumento de classificação dos alunos ou das crianças na educação infantil. Entre os mais inteligentes (os aprovados) e os menos inteligentes (os reprovados), dado o fato de que se atribuía um valor à prova que servia para selecionar e classificar a turma.

Barbosa (2004) *apud* Carneiro (2010, p. 17) afirma que tal situação acaba levando a exclusão:



[...] cultura classificatória e dualista, que separa os bons dos maus, afirma o que é certo e o que é errado, julga o outro a partir de valores e juízos pessoais e sociais, sendo alguns deles fortemente embebidos em preconceitos. Assim, a avaliação tem servido como um instrumento de controle social, pois produz seletividade e exclusão.

Na educação contemporânea, o ato de avaliar deve ser um instrumento para colaborar na inclusão, mediante análises de padrões de comportamento. Segundo Lopes (2006), a partir dessa perspectiva, o ato de avaliar, na educação infantil deve ocorrer a partir de uma análise individualizada que considere a realidade em que as crianças vivem.

Hoffmann (2000), afirma que a avaliação é de extrema importância para o processo de aprendizagem, somente quanto concebida como um instrumento que possibilita a reflexão sobre a ação pedagógica. De acordo com a autora, quando avaliar se torna um meio de classificação passa a ser excludente, portanto, totalmente inadequada à concepção de uma educação que visa promover a cidadania.

Apesar desses problemas, a avaliação, ainda tem sido um instrumento importante para o processo de aprendizagem. No entanto, para atender as demandas atuais, sua utilização em sala de aula tem sido revisada, passando a ser entendida como um recurso que deve servir ao planejamento escolar e a construção de práticas pedagógicas que atendam às necessidades do processo de aprendizado.

De acordo com a autora, para uma avaliação que priorize o processo de aprendizagem, e não apenas resultados, é importante que o docente tenha um olhar reflexivo sobre sua prática pedagógica. Para tanto, Lopes (2006), afirma que é preciso que os educadores desenvolvam habilidades de observar e descrever as crianças nas instituições. "Nessa perspectiva, a avaliação é dinâmica, uma vez que deve se efetivar em diferentes situações em que ocorrem as aprendizagens das crianças."(LOPES, 2006, p. 18).

Outro ponto importante que contribui para avaliação, é segundo Lopes, (2006) a participação da família, entendida como elementos extremamente importante no processo de ensino-aprendizagem, assim como todas as outras esferas que contribuam para a sua formação integral

Sobre esse assunto, a autora afirma que:



Alguns estudiosos destacam a perspectiva acolhedora da avaliação na Educação Infantil, defendendo que, nesta perspectiva, tem-se como objetivo principal diagnosticar e incluir as crianças pelos mais variados meios, utilizando os recursos necessários para o acompanhamento da aprendizagem e integrando todas as experiências que elas vivem, tendo, assim, um caráter global (LOPES, 2006, p. 19).

Neste sentido, avaliar de maneira padronizada - observando apenas os comportamentos das crianças de forma burocrática - não contribuir para incentivar a inclusão, especialmente daqueles que vivem em realidade social adversa, a qual exerce um peso enorme para o seu desenvolvimento.

Com o documento das Orientações Curriculares para Educação Infantil no município de Maceió (2015), veio ressignificar o processo de avaliação da rede, trazendo um novo formato na ação pedagógica, colocando o protagonismo da criança sendo o ponto central das aprendizagens. A criança nesse processo é vista como sujeito de direitos, ricas e potente.

Nesse novo documento, o processo de avaliação difere do anterior, que ofertava alguns critérios de avaliar, colocando a criança na observação de registros numa ficha e pauta avaliativa que selecionava, classificava e retida dentro das instituições e ensino da rede.

De acordo com a Resolução nº 03/2014 do Conselho Municipal de Educação de Maceió – Comed – Maceió, no artigo 12 referenda e reforça as Dcnei quanto ao processo de avaliação de Educação Infantil seja permanente e contínua, refere que “A avaliação na Educação Infantil é processual e ocorre cotidianamente ao longo do período de aprendizado/desenvolvimento da criança. As Instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação.” (2006, p. 18)

Salientando que:

- I – A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- II – A utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, produções das crianças etc.);
- III – A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/Instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição Creche/Pré-Escola e transição Pré-Escola/ Ensino Fundamental);
- IV – A documentação específica que permita às famílias conhecer o



- trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- V – A avaliação, na Educação Infantil, principalmente pela observação sistemática, registro em caderno de campo, fichas, questionários, relatórios e reflexão, portfólios (exposição das produções das crianças) e autoavaliação para as crianças maiores, entre outros;
 - VI – A avaliação permanentemente das condições da oferta no contexto da proposta pedagógica,
 - tais como: infraestrutura, organização de espaços, tempos e materiais, aspectos relacionados com
 - a gestão, entre outros;
 - VII – O monitoramento da frequência das crianças da Pré-Escola, junto às famílias, informando ao Conselho Tutelar do município, ao Juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público Estadual a relação das crianças que apresentem quantidade de faltas acima de 30% da carga horária mínima anual, sem justificativa.

Nesse formato de documento as Orientações Curriculares para Educação Infantil no município de Maceió estabelecem uma sistemática nas práticas educativas da rede, onde o processo de avaliação da Educação Infantil seja conduzido continuamente, mediante os registros e observações que são eixos norteadores para a aprendizagem.

Segundo Luckesi (2014), o avaliador, antes de qualquer coisa deve ser capaz de olhar a si mesmo e da prática educativa, bem como sua posição diante do educando. O que significa afirmar que o ato de avaliar necessita também do docente que tenha um olhar crítico sobre o fazer pedagógico na sala de aula e capaz de mudar a situação quando os rendimentos dos alunos não alcançam o esperado.

Em síntese o educador infantil – como qualquer outro educador – forma-se nos cuidados consigo mesmo, nos cuidados com a relação com o outro, nos estudos aprofundados das ciências que fundamentam o seu modo de agir e na prática cotidiana, seja em estágios supervisionados, seja no cotidiano do trabalho (LUCKESI, 2014, p. 201).

Contudo, sabemos diante das condições atuais da escola pública, alcançar essas metas pode ser bastante difícil, além de ser uma atividade que sobrecarrega o docente. Já que os registros são feitos de forma individualizada, sobre cada criança, sendo mais uma tarefa que deve ser feita pelo educador. Para suprir todas essas demandas é necessário que o educador possua uma formação acadêmica adequada em que possa desenvolver uma visão de mundo crítica e reflexiva, capaz de dar conta dessas atividades de forma eficiente, o que geralmente não ocorre na



realidade.

É importante reconhecer que a inclusão e a cidadania somente conseguem ser promovidas em ambientes escolares onde a prática pedagógica (nisto inclui também a avaliação) esteja em consonância com as necessidades de aprendizagem das crianças as quais atende. Deve ser capaz de oferecer respostas para as crianças dentro do espaço e tempo em que elas se encontram, bem como dar continuidade ao processo de aprendizagem das crianças, desde a sua chegada a Educação Infantil até a transição para o Ensino Fundamental.

A Lei 12.796/2013 ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBN de nº 9.394/96 trata da avaliação, contida em dois incisos do Art. 31. O inciso um destaca que a na educação infantil se efetivará mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental. Já o inciso quinto chama atenção para a expedição de documentos que permita atestar o processo de aprendizagem e o desenvolvimento da criança.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010, p. 28) determinam que as instituições de Educação Infantil podem criar livremente seus procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem a preocupação com a seleção, promoção ou classificação das mesmas. Tendo em vista, os múltiplos instrumentos avaliativos, como por exemplo, a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e das interações das crianças no cotidiano escolar; a utilização de múltiplos registros, como os relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, portfólios; a utilização de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pelas crianças (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental; e a não retenção das crianças na Educação Infantil).

Assim, nos reportamos a experiência italiana para a primeira infância de Reggio Emília, que atualmente é referência para o conceito e a prática de documentação pedagógica e de registro com intencionalidade pedagógica, cujo seu idealizador Loris Malaguzzi, compreendia a documentação pedagógica como processo de dar visibilidade à aprendizagem das crianças, com a intenção de ser revisitada, lembrada e reorganizada para descobrir as habilidades e os



conhecimentos adquiridos pelas crianças. Desse modo, analisando a documentação é possível perceber os caminhos percorridos por elas na busca da aprendizagem e do significado que atribuem a si e ao mundo que a cerca. Na abordagem reggiana os professores chegaram à conclusão que documentar sistematicamente o processo de acompanhamento da aprendizagem expressa três funções importantes: a) oferecer as crianças uma memória concreta e visível do que disseram e fizeram, a fim de servir como um ponto de partida para os próximos passos e sua aprendizagem; b) oferecer aos educandos uma ferramenta para pesquisas e uma chave para melhoria e renovação contínua; c) e oferecer aos pais e à comunidade em geral informações detalhadas sobre o que ocorre como um meio de obter suas reações e apoio (EDWARD GANDLINI; FORMAN, 1999, p. 25).

Para Dahlberg, Moss e Pense (2003, p.194), a Documentação Pedagógica,

[...] como conteúdo, é o material que registra o que as crianças estão dizendo e fazendo, é o trabalho das crianças e a maneira com que o pedagogo se relaciona com elas e com o seu trabalho. Tal material pode ser produzido de muitas maneiras e assumir muitas formas – por exemplo, observações manuscritas do que é dito e feito, registros em áudio e vídeos, fotografias, gráficos de computador, o próprio trabalho das crianças. Este material torna o trabalho pedagógico concreto e visível (ou audível) e, como tal, é o ingrediente importante para o processo da documentação pedagógica.

Os registros que são construídos pelos professores e pelas professoras, também pelas crianças compreendem parte da documentação pedagógica. Assim, vão construindo suas historicidades como sujeitos que vivenciam processos coletivos. Em outras palavras, documentar pressupõe conhecer a importância do trabalho do professor, revelando sua intencionalidade pedagógica, ressaltando a confiança nas falas e nas produções das crianças em diferentes linguagens. A documentação, acima de tudo, possibilita que se revele à sociedade a imagem de uma criança competente (MALAGUZZI, 1999).

O Registro é um recurso que auxilia a memória, possibilita retomar e rever os fatos ocorridos, além de “no contexto da Documentação Pedagógica, propiciar elementos para o professor repensar suas realizações junto aos alunos” (MENDONÇA, 2009, P. 67).

Na experiência de Reggio Emilia, reforça-se a importância dos registros, uma vez que, como relatam Ostetto e Leite (2004), se acredita na competência tanto da



criança quanto dos professores, e cada um interpretará e transformará o seu fazer de maneira que seja possível reconhecer-se nele, de forma legítima e pessoal. Se para o professor, os registros possibilitam uma maneira de avaliar sua trajetória profissional, e assegurar pra si um acervo cultural e político para o seu trabalho com o grupo, para as crianças, a possibilidade de ser documentada nas suas ações de seu cotidiano, suas produções, seu jeito de pensar e agir, ressaltando suas culturas. “Os registros permitem que conheçam os outros e a si mesmas, já que dão visibilidade não apenas às suas falas, mas igualmente, às suas diversas outras linguagens (OSTETTO, LEITE, 2004).

De acordo com as Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede municipal de Maceió, não apenas faremos acompanhamento e registro do desenvolvimento cognitivo das crianças, mas serão também atestados por meio de documentação. Assim, não utilizamos mais as pautas ou fichas avaliativas como instrumento de avaliação. As fichas se constituem em uma lista padronizada organizadas em áreas de conhecimento (linguagem oral, escrita, matemática, artes, entre outras). Adotada até recentemente pela SEMED tentava nivelar o conhecimento das crianças com bases de aprendizagens iguais para todas as crianças baseados em critérios universais pré-estabelecidos independentemente do contexto sociocultural e das práticas desenvolvidas em realidades adversas.

Essa forma de avaliar as crianças como se fossem todas iguazinhas, que pensam do mesmo jeitinho, não cabe mais nos formatos atuais nos conceitos de infância. Assim relata Maria Teresa Esteban (2000, p. 16), “Avaliação que impede a expressão de determinadas vozes é uma prática de exclusão, à medida que vai selecionando o que pode e deve ser aceito na escola”.

Para Ostetto, 2008, o registro diário é, pois, um instrumento que alimenta a ligação entre teoria e prática, entre as aprendizagens já realizadas e os novos conhecimentos. Este é o instrumento valioso e pessoal para o professor, capaz de subsidiar suas reflexões e descobertas com relação às aprendizagens dos educandos. Possibilitando agir sobre o planejamento, repensando diariamente sua prática pedagógica, numa ação-reflexão-ação permanente.

Numa perspectiva contemporânea, as crianças são consideradas atores sociais, primeiro porque são sujeitos de direitos, segundo por serem ativos, críticos, criativos, que participam ativamente de seu processo de ensino aprendizagem.



Pensando-se num ser protagonista da sua aprendizagem, nos reportamos ao que diz Tognetti, 2003, (...) vemos no foco registro-documentação a incorporação daquela ideia de criança competente: todas as situações das quais as crianças participam são momentos potencialmente significativos para seu desenvolvimento e aprendizagem e, portanto, precisam ser observados com cuidado e atenção, reconhecendo os valores envolvidos para além daquelas atividades organizadas e dirigidas pelo adulto. Sendo assim, o olhar sensível e afetuoso do professor é imprescindível, como também a luta por sua devida valorização e participação na formação continuada com forma de crescimento profissional.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída na Resolução CNE/CP nº2, 22 de dezembro de 2017 no Conselho Nacional de Educação, é um documento aprovado para que os municípios do Brasil devam o organizar os seus currículos embasados na Base, de forma que os conteúdos sejam mais simplificados e aprendizagens primordiais, onde possam preparar a criança no desenvolvimento das suas capacidades e desafios de modo que esse conhecimento estejam voltados aos princípios Éticos, Estéticos e Políticos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz em seu documento dez Competências Gerais para o processo de aprendizagem da criança. Essas competências permitem uma educação integral, que valorize todo desenvolvimento e crescimento de valores sociais e culturais da criança, sendo assim, tornando-as uma aprendizagem justa e igualitária.

A Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, nas competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), refere-se que a aprendizagem da criança está diretamente relacionada ao Educar e ao Cuidar. E nesse processo estruturante, a Base Nacional Comum Curricular retoma no seu documento as Interações e Brincadeira, que são os eixos norteadores da Educação Infantil, já composto nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, como pilares fundamentais da aprendizagem das crianças pequenas. Assim, a importância do interagir e do brincar constitui parâmetros onde envolvem os seis direitos de aprendizagens: **conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer**. Esses direitos manifestam que as práticas pedagógicas sejam ressignificadas constantemente. E para isso, o processo de avaliação na Educação Infantil, consiste nas observações e nos registros como documentos que possibilite o processo de avaliação dentro de um planejamento que contemple protagonismo e



as vivências cotidianas da criança na sua singularidade, sem que haja comparações e julgamentos. Mas que seja vista como ser rica e potente nas práticas pedagógicas.

2.1 RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO

- ▶ Refutar é refletir e confrontar realidades: O que narra um relato de algumas horas de observação em uma instituição de educação infantil da rede pública de Maceió/AL?

A apresentação a seguir é um breve relato da jornada das crianças em uma instituição da rede. A ideia de trazer para o texto esse relato consiste em refletir sobre o que pode revelar as observações e registros sobre os fazeres e saberes no cotidiano desta instituição.

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, por quatro horas foi observado um grupo de crianças dentro da sala de referência, onde a professora fez sua rotina de recepção das crianças numa roda de conversa. Nesta sala havia vinte crianças do segundo período, entre quatro e cinco anos de idade. Após a rotina a professora fez um relato da jornada do dia, informando às crianças suas atividades. Nesse momento, examinamos as instalações do CMEI- Centro Municipal de Educação Infantil, onde foi constatada a boa estrutura física e funcionamento dos demais setores, como secretaria, coordenação pedagógica, refeitório, parque, entre outros. Dialogamos com a coordenadora para entender os procedimentos pedagógicos, os projetos desenvolvidos na instituição, a programação, como também as parcerias com os estagiários da UFAL- Universidade Federal de Alagoas. Sendo nosso objetivo principal, a observação das crianças em um ambiente livre como o do recreio, falaremos sobre o mesmo na etapa seguinte.

No período em que as crianças saíam da sala de referência e se dirigiam ao pátio, cada uma ou em grupos, decidiam para onde desejavam ir brincar. Observamos que a área externa era composta de vários cantinhos, como, supermercado, com vários recipientes de rótulos alimentícios e de higiene, o cantinho do banho, com mangueira e chuveirão, o cantinho do escritório, com mesinha, telefone, bloquinho de registros, canetinhas e papeis; foi o que mais nos chamou a atenção. Nesses cantinhos brincavam e conversavam, interagindo e produzindo suas culturas livremente por um período de uma hora mais ou menos. Percebemos o fato das crianças de idades diferentes, entre três e cinco anos,



brincarem juntas e quão potente e ricas eram as interações entre elas.

Durante este momento em que as crianças brincavam livremente e faziam suas descobertas sob o olhar atento das professoras, elas experimentavam objetos diferentes, os limites de seus corpos nas brincadeiras de movimentos, nas suas escolhas de com quem quer brincar, de que quer brincar e o lugar para brincar.

Interessante também é o fato de que pouco os adultos intervêm nas ações das crianças nesse momento. Ocorrem apenas intervenções quando elas disputavam um brinquedo ou outro tipo de estranheza entre elas, havendo a interposição necessária para guardar os brinquedos ou para negociar conflitos. As brincadeiras neste espaço são potencializadas pelo planejamento e disposição dos materiais e ambientes organizados dentro e fora dos espaços para crianças.

Ao lado de onde estávamos sentadas, havia um grupo de crianças interpretando uma situação de convivência em um escritório ou um espaço de trabalho, onde uma menina falava ao telefone dizendo que alguém ainda não tinha chegado e quando chegasse avisava, “Olha, mais tarde você liga, viu? Ela tá não”. Isso só foi possível porque o espaço pedagógico fornecia objetos, como uma mesa, organizada com telefone, cadernetinhas para anotações, uma cadeirinha, entre outros. Próximo a esse mesmo espaço, havia um grupo de meninos brincando com uma caixa repleta de rótulos, não somente alimentícios, mas também de higiene em geral, onde eles brincavam e expressavam uma série de descobertas naquele ambiente, próprias de suas vivências cotidianas sobre o mundo.

No retorno para a sala de aula, as crianças guardaram todos os brinquedos e os materiais brincantes com a orientação das professoras, sem organização de filas; elas obedeciam à rotina escolar como se já soubessem o que fazer. Dirigiam-se ao banheiro sozinhas, desciam um murinho alto e bem alto mesmo que rodeava todo o pátio externo sem dificuldade nenhuma. Outras foram almoçar no refeitório enquanto algumas se serviam num self – service.

Nesse momento de retorno à sala de referência, fomos convidadas para assistirmos a uma experiência dos estagiários do curso de Pedagogia presencial da Universidade de Alagoas-UFAL na sala do segundo período. Eles estavam desenvolvendo um projeto científico com as crianças do segundo período cujo o tema era a fossilização dos dinossauros. Os estagiários realizaram uma roda de conversa com as crianças onde elas iriam assistir a um pequeno vídeo que tratava de uma cidade do interior de Alagoas, chamada Maravilha a qual possui um museu a



céu aberto com esculturas de animais da região. Realmente um vídeo educativo e encantador. As crianças não retiraram os olhinhos curiosos da televisão. Ao final da exposição do vídeo, os estagiários conversaram com as crianças e elas se colocaram muito bem diante do que haviam visto na telinha, inclusive, uma das crianças nos apresentou o rico conhecimento que adquiriu ao longo do trabalho desenvolvido pelos estagiários com o apoio da Professora de sala, cuja experiência profissional agrega valor ao êxito significativo na execução da atividade. A coordenadora foi solicitada pela professora da sala de referência para fazer uma exposição dialogada sobre o fato delas irem conhecer um determinado museu que estava na programação das atividades do projeto desenvolvido.

A professora da sala de referência também nos presenteou com seu potencial e prática docente inspiradora, em aceitar compartilhar suas experiências no seu cotidiano educativo. O que nos faz acreditar numa prática educativa de qualidade, onde respeita a fala das crianças, a escuta sensível da professora com relação aos relatos infantis, demonstrando que elas são capazes de construir seu conhecimento a partir das interações e das brincadeiras.

Esse momento nos foi muito rico na medida em que nos possibilitou perceber que as interações e as brincadeiras estavam sempre presentes tanto no tempo livre do espaço externo como no espaço da sala de referência. A brincadeira está presente no espaço educativo como um todo o que pressupõe que as crianças têm a oportunidade de explorar o meio ambiente em que estão inseridas.

A partir dessa experiência concluímos que para avaliarmos as crianças da educação infantil é necessário observá-las com um olhar sensível ao ser que explora o ambiente, que representa e interpreta de modo íntimo e particular. Como também é importante registrar seu desenvolvimento nas atividades individuais, coletivas e com seus pares de um modo geral, levando em consideração as suas várias infâncias, experiências, desejos e necessidades.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento dessa pesquisa apoia-se nos documentos legais, como a LDB- Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1996), nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e amparado nas orientações da Lei nº 9.394/96, que pressupõe a avaliação formativa, sistemática e contínua. Nesse



sentido apresenta-se uma análise reflexiva sobre os variados instrumentos avaliativos contidos nos documentos oficiais, tais como, Orientações Curriculares para a Educação da rede municipal de Maceió, EDUFAL, 2015, entre outros títulos e também as referências que a BNCC enfatiza a respeito da avaliação na Educação Infantil, como também registros de observação, relatórios, fotos originado da pesquisa in loco na instituição de ensino na rede municipal de Maceió, CMEI Pompeo Sarmiento de forma de referendar as nossas observações nos documentos normativos.

Diante disso, esse trabalho apresenta uma proposta de discutir a importância da avaliação na e da Educação Infantil, objetivando verificar como ela tem contribuído para melhorar o processo de reflexão das propostas e práticas pedagógicas bem como do processo de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças de 0 a 5 anos e onze meses.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, a partir dessa perspectiva dos documentos normativos e dos estudiosos que pesquisam a avaliação na Educação Infantil, se faz necessário compreender que não existe o caráter de promoção ou preparação para o Ensino Fundamental, mas o de acompanhar do processo de desenvolvimento da criança pequena nas suas interações com outras crianças por meio da brincadeira e com os adultos de seu entorno e que a observação, o acompanhamento sistemático e os registros são alguns dos elementos subsidiam o planejamento das ações pedagógicas.

A avaliação, assim concebida, torna-se o instrumento desafiador e o suporte mais eficiente para o desenvolvimento do processo de planejamento e novas avaliações do potencial crítico e criativo dos pequenos aprendizes. Nos reportamos ao primeiro texto legal que afirma apenas o registro do desenvolvimento das crianças, enquanto que o segundo aborda as especificidades da construção de um documento que ateste a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças da Educação Infantil.

Podemos atribuir a importância da documentação, como múltiplos instrumentos avaliativos, como a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e das interações no cotidiano escolar, a utilização de relatórios, fotografias, desenhos, portfólios, entre outros, que são subsídios que orientam a



prática docente, podendo ser revisitados sempre que necessário com a intenção de reorganizar e descobrir habilidades e os conhecimentos adquiridos pelas crianças.

Desse modo, analisando a documentação é possível perceber os caminhos percorridos pelas crianças na busca da aprendizagem e do significado que elas atribuem a si e ao mundo que as cerca, respeitando a sua diversidade e singularidade de forma global e inteira.

Por fim, a avaliação na Educação Infantil constitui num processo contínuo, onde as práticas pedagógicas são conduzidas de forma variada, por meio de múltiplos registros observados através das vivências cotidianas do brincar e do interagir da criança. Registrando e observando, dá um significado ao conhecimento, uma relação de novas experiências construída no currículo ampliado, enriquecido de valores que permita ao crescimento e desenvolvimento da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <<http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>> Acesso em: 21 ago. 2018.
2. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 21 ago. 2018.
3. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf> Acesso em: 21 ago. 2018.
4. CARNEIRO, Maria da Penha Aparecida Klug Basílio. Processo avaliativo na Educação Infantil. 2010. 45f. Monografia (Pós-graduação em Educação Infantil). Escola Superior Aberta do Brasil, Vila Velha, 2010. Disponível em: <<https://www.esab.edu.br/wp-content/uploads/monografias/maria-da-penha-aparecida-klug-basilio-carneiro.pdf>> Acesso em: 21 ago. 2018.
5. LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
6. Avaliação da aprendizagem na educação infantil. **Revista Interações**. n. 32, p. 191-201 2014. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/6361/4933>> Acesso



em: 21 ago. 2018.

7. .HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** Porto Alegre: Mediação, 2000.
8. ANTUNES, C. **Interações, brincadeiras e valores na Educação Infantil.** 1, ed. Vozes, 2012.
9. ARCE, A (Org). **Interações, brincadeiras e valores na Educação Infantil.** Campinas: Alínea, 2013.
10. POZAS, D. **Criança que brinca mais aprende mais: A importância da atividade lúdica para o desenvolvimento infantil.** Rio de Janeiro: Senac.
11. KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação (org.);** - 8. ed.-São Paulo: Cortez, 2005..
12. **Para pensar a Educação Infantil em tempos de retrocessos: Lutamos pela Educação Infantil /**Simone Santos de Albuquerque, Jane Felipe, Luciana Vellinho Corso, organizadores - Porto Alegre: Evan Graf, 2017, 280 p.:
13. **BRASIL.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil /** Ministério da Educação e de Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.
14. **CHATEAU, Jean.** O jogo e a criança. 2. São Paulo: Summus, 1987.
15. **MACEIÓ.** Secretaria Municipal de Educação; **Orientações Curriculares para a Educação Infantil da rede municipal de Maceió/** Secretaria Municipal de Educação; EDUFAL, 2015.
16. **NEGRINE, Airton,** Aprendizagem e desenvolvimento Infantil. Porto Alegre: Propriil, 1994.
17. **PIAGET, Jean.** A Formação do Símbolo na Criança. Rio de Janeiro: Zohar, 1975.
18. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, (ECNEI),** Brasil, (1998): 2001.
19. **Haddad, Lerina.** **Orientações curriculares para a educação infantil da rede municipal de Maceió /** Secretaria Municipal de Educação. – Maceió: EDUFAL, 2015. 271 p.: il, color.

